

## DESIGUALDADE EM GOIÁS: um diagnóstico em busca do desenvolvimento sustentável.

Murilo Rosa Macêdo<sup>1</sup>  
Alex Felipe Rodrigues Lima<sup>2</sup>

### INTRODUÇÃO

A Constituição Federal de 1988 determina, em seu artigo terceiro inciso terceiro que um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil é “erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais”. Outrossim, dentre os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas, o número 10 é “reduzir as desigualdades dentro dos países e entre eles”. Neste sentido, o Instituto Mauro Borges busca contribuir nesse tema ao publicar este informe, com o intuito de revelar o comportamento das desigualdades, especialmente as ligadas à renda, durante a última década no Estado de Goiás.

Um dos grandes problemas enfrentados pela sociedade brasileira, sem dúvidas, é a questão da desigualdade. Segundo o mais recente relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) sobre desenvolvimento humano, o Brasil é o 14º país mais desigual do mundo, empatado com o Congo. Essa condição de extrema desigualdade faz com que o Brasil perca 20 posições no ranking de desenvolvimento humano. No Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) o país ocupa a posição número 87 com valor 0,754. No entanto, no IDH ajustado pela desigualdade o valor cai para 0,576.

As razões da desigualdade na sociedade brasileira, e por consequência goiana, são muitas e remontam desde o tipo de colonização pela qual passou o país e o modo de produção baseado na escravidão e grandes latifúndios voltados à exportação de commodities agrícolas, entre diversas outras condicionantes históricas e sociais (Souza, 2017). Importante ressaltar que desigualdades sociais ocorrem não apenas na esfera econômica, e não são meramente geradoras de pobreza.

O senso comum percebe as desigualdades sociais apenas pela questão da diferença da renda das pessoas. No entanto, é importante ter em mente que as desigualdades ocorrem pela diferença que os diversos grupos sociais têm no acesso

<sup>1</sup> Pesquisador em Ciências Sociais – IMB/SGG.

<sup>2</sup> Pesquisador em Estatística – IMB/SGG.

aos mais diversos bens necessários ao desenvolvimento pleno das capacidades humanas e individuais (SEN, 1993). Os bens materiais vão além do dinheiro e podem também ser considerados como moradia, acesso à água, saneamento, saúde, dentre outros. Além dos bens materiais, há os imateriais, de maior dificuldade de mensuração como, por exemplo, diplomas, certificados, cultura, relacionamentos, entre outros. Essa visão mais complexa sobre as necessidades e carências humanas está presente no inovador conceito de pobreza multidimensional (Fahel et al, 2016).

O presente informe técnico se baseia na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) entre os anos 2012 e 2021. Entre os anos 2012 e 2019 foram utilizadas as primeiras visitas domiciliares da PNAD e nos anos de 2020 e 2021 foram utilizadas as quintas visitas. A diferença ocorre em linha com o próprio IBGE devido à alta taxa de não resposta nas primeiras visitas que foram feitas por telefone devido às exigências sanitárias impostas pela pandemia de Covid-19. Os valores dos rendimentos apresentados estão deflacionados a preços de 2021. Os gráficos que apresentam a desigualdade, com o índice de Gini, estão com rendimentos a preços do respectivo ano.

Neste sentido, este informe está dividido em quatro seções, além desta introdução. A primeira seção faz uma breve revisão sociológica sobre o que é desigualdade e suas formas de manifestação na sociedade. A segunda mostra os dados sobre as desigualdades de renda no Estado de Goiás nos últimos dez anos. A terceira seção mostra a desigualdade com relação a alguns grupos sociais específicos como mulheres e negros. Na quarta e última seção são apresentadas as considerações finais sobre o tema.

## **DESIGUALDADE SOCIAL**

A partir da crise financeira de 2008 a temática das desigualdades sociais volta a ganhar espaço nas discussões sociais e econômicas no mundo de modo que alcança o ápice quando do lançamento do livro do economista francês Thomas Piketty “O Capital no Século XXI” (2014). Neste livro, Piketty parte da desigualdade sob dois pontos de vista diferentes, a desigualdade de riqueza e a desigualdade de renda. Além disso, o livro defende a tese de que quando a taxa de rendimento do capital é maior

que a taxa de crescimento econômico a riqueza herdada cresce mais que a riqueza produzida, o que aumenta a desigualdade social. Após um declínio nos anos do pós guerra, na Europa Ocidental, o rendimento sobre a riqueza herdada volta a ser maior que a riqueza produzida de modo a voltar a crescer as desigualdades sociais no velho continente (Caprara, 2017).

A temática da desigualdade social é central nas Ciências Sociais desde sua fundação. Aliás, as ciências sociais nascem em um contexto de grandes transformações sociais derivadas da revolução industrial ocorrida em meados do século XVIII. A invenção da máquina a vapor e as conseqüentes novas formas de produção fabril engendraram novas relações sociais de produção que desestabilizaram os modos de vivência com conseqüências em toda a hierarquia social prévia.

Evidentemente que as desigualdades sociais já eram uma característica das sociedades do Antigo Regime e antes dele, porém, as mudanças provocadas pela revolução industrial ocorreram em uma intensidade até então não vista. Além disso, ocorreram mudanças de forma qualitativa, na medida em que a mão de obra assalariada passou a ser a relação social de produção predominante. Dessa forma, por exemplo, antigos camponeses deixaram suas terras (em que produziam seu próprio sustento) para venderem sua força de trabalho no campo e na cidade.

Estes foram apenas alguns exemplos das mudanças pelas quais as sociedades europeias passaram entre os séculos XVIII e XIX. As mudanças na esfera econômica foram acompanhadas por mudanças de cunho simbólico na medida em que, para acompanhar tais mudanças, foi necessário pensar novas formas de organização política e social e a construção de novos valores como a democracia (em oposição ao absolutismo). Os novos valores foram resumidos no acontecimento político mais relevante do período, a Revolução Francesa e o seu lema: Liberdade, Igualdade e Fraternidade.

Durante o século XIX surgiram as três grandes tradições das Ciências Sociais sob os nomes de Marx, Weber e Durkheim. Cada qual analisou as formações sociais sob um ponto de vista diferente e todos trabalharam a questão da desigualdade social, suas origens, formas e conseqüências para a evolução da sociedade. Para Durkheim interessava observar as formas de solidariedade que unem os indivíduos em

agrupamentos sociais e as consequências que esses tipos de solidariedade têm na coesão ou na anomia sociais. Nas sociedades tradicionais, de formação mais simples, predomina o que o autor chamou de solidariedade mecânica. Estas sociedades se caracterizavam por uma baixa divisão social do trabalho, ou seja, as funções sociais dos indivíduos são semelhantes. Dessa forma, “a coesão social deriva de normas morais de sanção repressiva, têm na religião o mais importante suporte e exprime-se na similitude das consciências.” (Silva, 2009). Por outro lado, nas sociedades modernas há uma complexa divisão social do trabalho em que as relações são caracterizadas por uma interdependência dos indivíduos, o que Durkheim chamou de solidariedade orgânica. Essa linha de pensamento serviu de inspiração para a escola sociológica estadunidense, o estrutural-funcionalismo cujos principais nomes são Talcott Parsons e Robert Merton.

A teoria marxista tem como grande preocupação as desigualdades sociais. Chama a atenção, para Marx (2006), a exuberante capacidade de produção de valor e bens gerada pela sociedade capitalista, por um lado, e o seu reverso, a pobreza resultante da forma como as relações sociais de produção estão organizadas. Isso ocorre pois aos trabalhadores que não possuem os meios de produção lhes resta apenas a venda de sua própria mão de obra. Através dessa relação comercial (compra e venda da força de trabalho) cria-se uma desigualdade em que a predominância dos valores gerados pelo trabalho fica sob propriedade dos donos dos meios de produção.

Por fim, o sociólogo alemão Max Weber, afora de questionar alguns pressupostos marxistas, analisa as desigualdades para além da esfera econômica. Para Weber (1982), as diferenciações sociais ocorrem não apenas na esfera da produção e consumo de bens, mas com a posse de diversos outros tipos de recursos que são produzidos, valorizados e restritos em diversos tipos de mercados, por exemplo as esferas de poder. A limitação do acesso aos recursos socialmente desejáveis era mais forte nas sociedades anteriores à revolução industrial uma vez que os critérios utilizados eram exteriores ao indivíduo e de difícil mudança ao longo da vida, tais como a descendência, a religião, a etnia, dentre outros.

Por outro lado, nas sociedades modernas, esses fatores de acesso aos recursos desejáveis mudam e passam a ser substituídos por restrições legal e burocraticamente estabelecidas, por exemplo, a posse de diplomas, os testes,

certificados, etc. Essas formas de diferenciação social tornam as sociedades relativamente mais abertas que as anteriores na medida em que os atributos podem ser conquistados pelas pessoas ao longo de suas vidas e de acordo com o esforço individual. Importante ressaltar que estas não são questões simples por uma série de razões. Uma delas é que a concessão de títulos e certificados é dado por certa estrutura de poder que tem que ser legitimada. Por isso, para a teoria Weberiana, mais que a questão econômica, interessa a questão do poder e da dominação.

Essas são as três principais fontes de estudos sociais sobre a desigualdade e delas derivaram muitas outras de autores que, na maioria das vezes beberam não só de uma, mas de duas ou mesmo dessas três fontes para analisarem de forma mais precisa essa temática tão complexa. Além disso, é importante ressaltar que as sociedades continuam em constante transformações e se tornam cada vez mais complexas. Algumas dessas novas teorias podem ser citadas como a teoria dos campos de Pierre Bourdieu (1986) que se inspira tanto em Marx quanto Weber para analisar o comportamento das pessoas na busca pelos diferentes tipos de capitais necessários e desejáveis pelos indivíduos na busca de bem-estar e diferenciação social. Outra teoria importante é a de interseccionalidade de Kimberle Crenshaw (1993) que demonstra como a desigualdade ocorre de diferentes formas e atingem pessoas que possuem mais de um atributo tido como socialmente inferior pelos grupos dominantes como negros e mulheres.

Mas se a desigualdade social abarca tantos critérios, porque o foco nos rendimentos? O primeiro, e principal motivo, é que nas sociedades atuais, o dinheiro é o meio pelo qual grande parte das relações sociais são estabelecidos e o instrumento necessário para a aquisição dos bens e recursos socialmente desejáveis para o desenvolvimento pleno das individualidades. O segundo motivo é que a mensuração da renda é mais facilmente mensurável e possível de ser extraída através da PNAD-C, a fonte de dados do presente estudo. No entanto, nunca é demais ressaltar que o próprio acesso a renda é facilitado por outros fatores sociais e outras características individuais que o presente estudo busca pincelar através da PNAD-C.

## DESIGUALDADES DE RENDA EM GOIÁS.

A principal característica de desigualdade objeto deste estudo é a renda. Além de se analisar a desigualdade de renda em si, este estudo usará a renda como uma medida de análise da desigualdade dentro de grupos sociais com características específicas (raça, sexo, escolaridade). Sendo assim, antes de entrarmos nas desigualdades propriamente ditas, cabe verificar a renda média em Goiás.

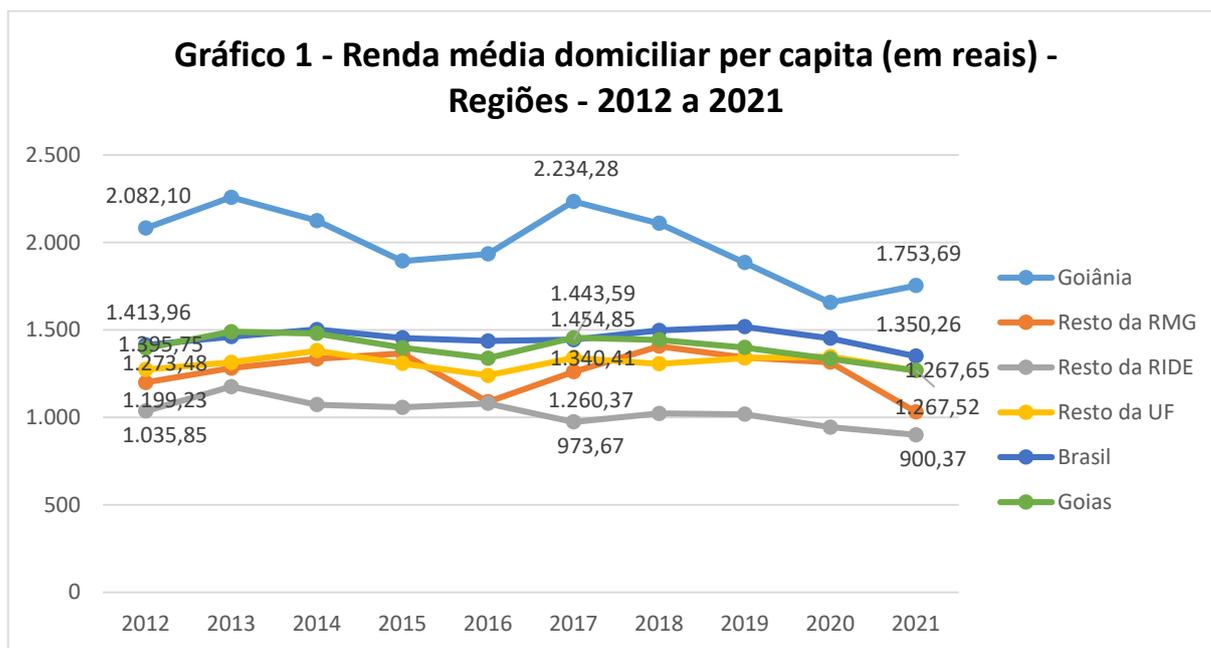
O gráfico 1 mostra a média da renda em 4 diferentes regiões de Goiás<sup>3</sup>. A primeira região é a capital Goiânia. Dentre estes critérios, Goiânia é a região com a maior renda média per capita do estado com R\$1.753,69 em 2021. O restante da Região Metropolitana de Goiânia (RMG), ou seja, todos os municípios da RMG à exceção de Goiânia, possuem uma renda média per capita de R\$ 1.031,53 o que corresponde a apenas 58% da renda média da capital e coloca esse conjunto de municípios no segundo grupo com menor renda dentre os analisados. Já aqui nota-se um problema de desigualdade em Goiás, a desigualdade dentro da própria região metropolitana de Goiânia.

A região Integrada de Desenvolvimento Econômico (RIDE) corresponde aos municípios em território goiano que circundam o Distrito Federal (DF), comumente conhecidos como Entorno do DF. O Entorno do DF representa a região com a menor renda média per capita dentre esses 4 conjuntos de municípios analisados aqui com apenas R\$900,37. Chama a atenção o valor ser tão baixo que está abaixo do salário mínimo vigente no ano de 2021, o que demonstra a baixa qualidade da média das ocupações nesta região.

Por fim, o último conjunto de municípios analisados é o restante do estado de Goiás. Ou seja, todos os municípios que não estão da RMG ou na RIDE. O restante dos municípios goianos possui uma renda média per capita de R\$ 1.267,52. Apesar de ser o segundo conjunto de municípios com maior renda, a distância para a capital ainda é muito grande. Isso demonstra o primeiro problema de desigualdade em Goiás, a desigualdade regional.

---

<sup>3</sup> As regiões aqui utilizadas são as que os dados da PNAD-C anual do IBGE permitem analisar. Dessa forma, não são utilizadas as divisões administrativas oficiais do Estado de Goiás para a análise (microrregião, mesorregião, região de planejamento).



Fonte: PNADC/IBGE.

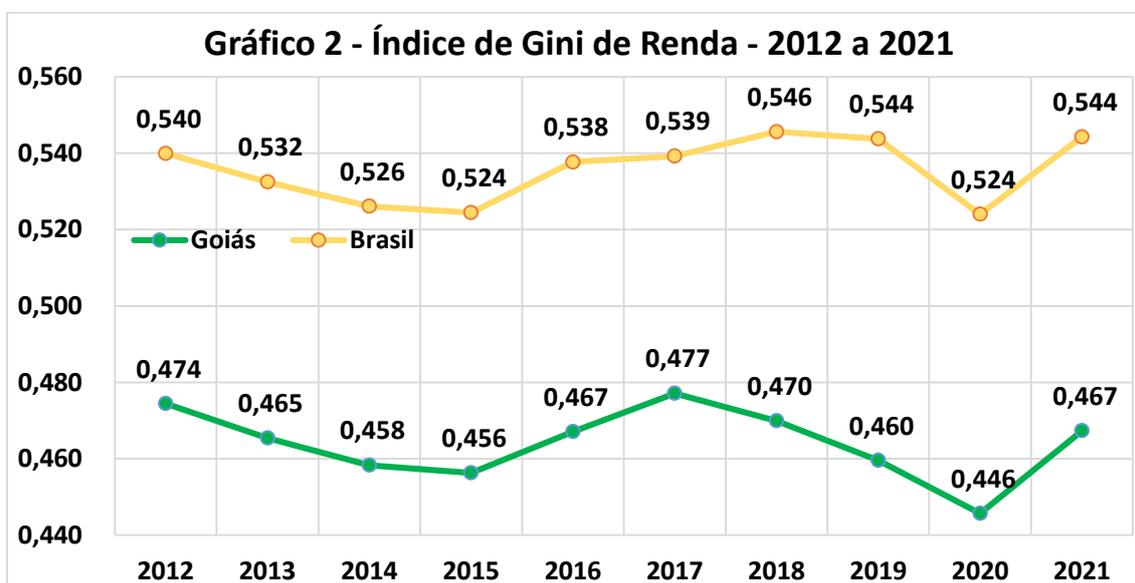
Elaboração: IMB/SGG

O indicador mais usual para se medir desigualdade é o índice de Gini. O indicador varia entre 0 e 1. Em que quanto mais próximo de 1 mais desigual é uma comunidade e quanto mais próximo de 0 mais igual é determinada comunidade, cidade, estado, país, etc. Vale ressaltar que o índice pode medir desigualdade de vários tipos de bens e não apenas a de renda, que é a mais utilizada e a que será mais utilizada neste informe.

No gráfico 2, podemos observar a evolução do índice de Gini de renda entre os anos de 2012 e 2021 para o Estado de Goiás e para o Brasil. Notamos que o Estado de Goiás é sistematicamente menos desigual que o Brasil. Outro ponto importante de notar são os comportamentos semelhantes das duas curvas, o que indica o atrelamento da economia estadual com a nacional.

Nota-se, no gráfico, que houve grande variação de Gini de renda na última década. Entre 2012 e 2015 havia uma tendência de queda da desigualdade nos dois casos. Porém, a partir de 2015 a desigualdade começa a aumentar de forma acentuada, atingindo o ápice em Goiás no ano de 2017 e no Brasil no ano de 2018. Chama atenção a queda acentuada da desigualdade no ano de 2020 e a volta, ainda mais acentuada, da desigualdade em 2021.

As mudanças bruscas entre 2020 e 2021 provavelmente são explicadas pelo Auxílio Emergencial (AE)<sup>4</sup>. Isso ocorre pois, devido às restrições de circulação e trabalho utilizadas para diminuir a proliferação do novo coronavírus, o Congresso Nacional aprovou, para grande parte da população, o auxílio emergencial no valor de R\$ 600,00. Devido à grande abrangência e ao valor relativamente elevado do AE houve uma momentânea diminuição da desigualdade de renda. Para o ano de 2021, tanto o público alvo do AE foi mais restrito, quanto seus valores diminuíram consideravelmente, ficando, em geral, em R\$ 250,00. Isto explica o motivo da grande volta da desigualdade e revela que estruturalmente a desigualdade não foi atacada.



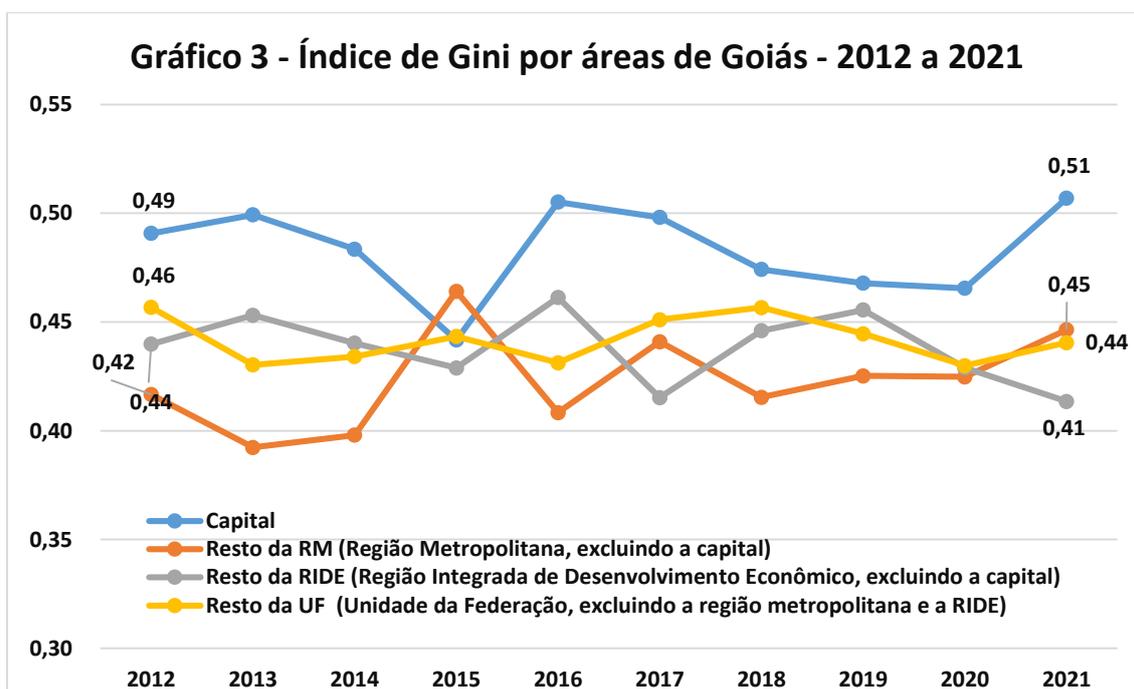
Fonte: PNADC/IBGE.

Elaboração: IMB/SGG

No gráfico 3 está a evolução histórica do índice de Gini para as quatro áreas do Estado de Goiás. Com a exceção do ano de 2015, nota-se que a capital Goiânia é historicamente mais desigual do que o resto do estado. O índice para Goiânia é de 0,51, para a RMG fora Goiânia é de 0,45, para o Entorno do Distrito Federal é de 0,41 (o que representa a região menos desigual no estado, de acordo com esses parâmetros) e no restante do estado o índice atinge a marca de 0,44.

<sup>4</sup> Auxílio Emergencial foi uma política pública de âmbito nacional que visou garantir renda às pessoas impedidas de trabalhar devido aos efeitos e ao combate à pandemia de Covid-19. Sobre a importância do auxílio emergencial para os rendimentos dos goianos durante a pandemia pode-se acessar: [https://www.imb.go.gov.br/files/docs/publicacoes/informes-tecnicos/2021/IT\\_IMB\\_02\\_2021-Fim\\_Auxilio\\_Emergencial.pdf](https://www.imb.go.gov.br/files/docs/publicacoes/informes-tecnicos/2021/IT_IMB_02_2021-Fim_Auxilio_Emergencial.pdf)

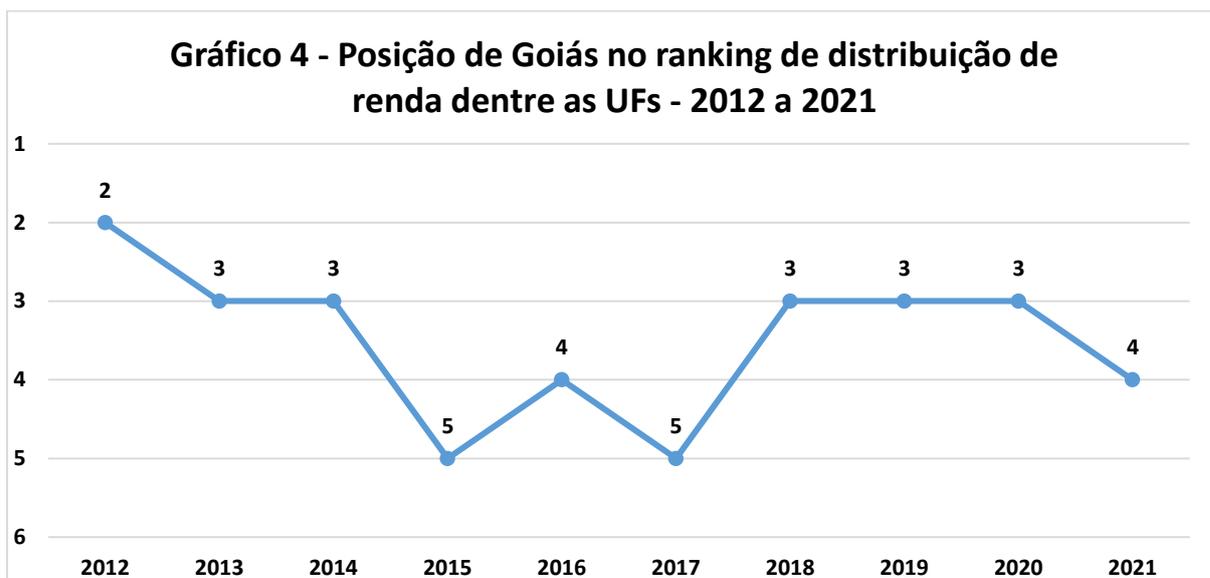
É importante notar que Goiânia, como visto no gráfico 1, possui a maior renda média per capita do estado, mas, ao mesmo tempo, possui a maior desigualdade. Além disso, vale ressaltar que embora o Entorno do DF tenha a menor concentração de renda, o valor de 0,41 ainda representa uma alta desigualdade de acordo com parâmetros internacionais. Ademais, a baixa renda média verificada para esta região (R\$ 900,37) mostra que a situação na RIDE requer um uma atenção especial.



Fonte: PNADC/IBGE.

Elaboração: IMB/SGG

O gráfico 4 mostra a posição do Estado de Goiás no ranking de desigualdade de renda dos estados brasileiros de acordo com o índice de Gini. Goiás já foi o segundo estado menos desigual no país em 2012. No entanto, após algumas oscilações, Goiás ocupou, em 2021, a quarta posição.



Fonte: PNADC/IBGE.

Elaboração: IMB/SGG

O gráfico 5 permite uma melhor compreensão da desigualdade em Goiás e no Brasil. Nele, a população foi dividida em 10 partes iguais de acordo com a renda domiciliar per capita. O primeiro decil é composto pelos 10% de domicílios com menor renda e o decil número 10 é composto pelos 10% de domicílios com maior renda. A partir dessa separação em decis foi calculado o índice de Gini de renda para cada um dos decis. Essa medida é importante para verificarmos a concentração de renda não apenas no todo da população como também em subgrupos menores que são vistos como homogêneos pelo senso comum.

A grande desigualdade presente nos dois decis dos extremos nos mostra a necessidade de repensarmos o que é pobreza e o que é riqueza no Brasil e em Goiás. Mesmo que o limite de renda dos 10% mais pobres seja de R\$ 292,00 em 2021 seja muito baixa, o alto valor de Gini para o decil mostra que há um grande contingente de pessoas vivendo praticamente sem nenhuma renda e se encontram em uma situação ainda mais grave que outras no mesmo decil. Importante de dizer que todas essas pessoas estão em um nível de renda em que ainda seriam consideradas pobres<sup>5</sup>.

O outro lado da moeda, o decil de renda mais alta mostra que o fato de algumas pessoas, embora obtenham estejam no patamar dos 10% mais ricos do Brasil não possuem uma vida tão confortável assim. A renda mínima do último decil é

<sup>5</sup> O Banco Mundial estabelece que situação de extrema pobreza ou miséria são pessoas que têm renda de até U\$2,15 por dia e pobres aqueles cuja renda não ultrapassa U\$5,50.

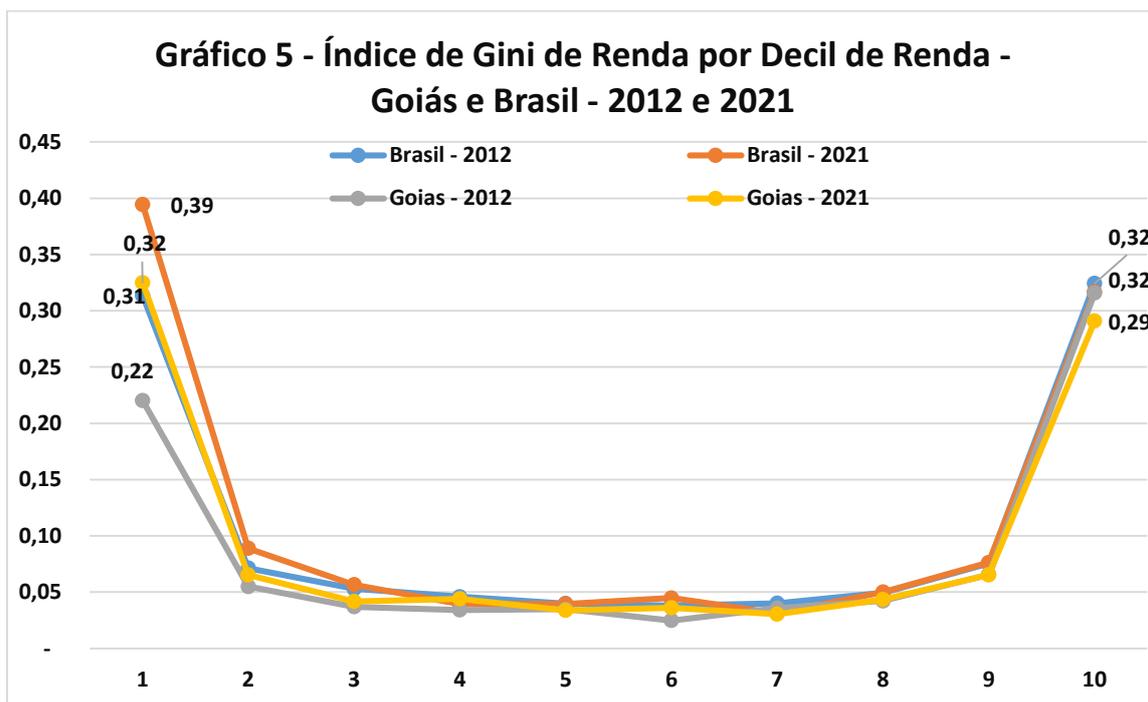
de R\$ 2.426,00. Isso mostra que o último decil de renda é bastante heterogêneo e de modo algum pode-se afirmar que todos pertencem à mesma classe ou grupo social. Como visto acima, as distinções sociais se dão por vários aspectos e o fato de haver tal disparidade de renda faz com que dentre as pessoas que estão neste decil existam hábitos de vida totalmente díspares, residam em lugares diferentes, tenham outros hábitos de consumo de bens materiais e culturais. Enfim, há uma grande disparidade dentro desse grupo das condições dos indivíduos de efetivarem suas capacidades.

Além disso, a percepção bem definida sobre o que é de fato pobreza e o que é riqueza é importante para que a sociedade se organize de forma a buscar lidar bem com o problema da desigualdade. A organização não governamental (ONG) Oxfam em seu relatório “Nós e as Desigualdades”<sup>6</sup> (Oxfam, 2022), demonstra bem o descompasso na sociedade brasileira entre a percepção das pessoas sobre o que é pobreza e o que é ser rico no Brasil. De acordo com o relatório, 49% dos brasileiros pensam que ser pobre no Brasil é quem tem renda entre R\$1.000,00 e R\$2.000,00, sendo que, de acordo com o IBGE, baseado em dados da PNAD 2021, quem ganha R\$2.139,00 no Brasil já se encontra entre os 20% com maior renda no país.

O referido relatório da Oxfam também perguntou às pessoas quanto elas precisariam ganhar por mês para se encontrarem entre os 10% mais ricos do Brasil. Nos resultados, 21% das pessoas achavam que deveriam ter até R\$5.000,00 para fazer parte dos 10% mais ricos do país

---

<sup>6</sup> A pesquisa contratada pela Oxfam e executada pelo Datafolha entrevistou 2.564 pessoas em 130 municípios de todas as regiões do Brasil entre os dias 8 e 15 de março de 2022. Os dados permitem uma análise a nível de grandes regiões (Norte, Nordeste, Centro-oeste, Sudeste e Sul) com uma margem de erro de 2% em um nível de confiança de 95%.



Fonte: PNADC/IBGE.

Elaboração: IMB/SGG

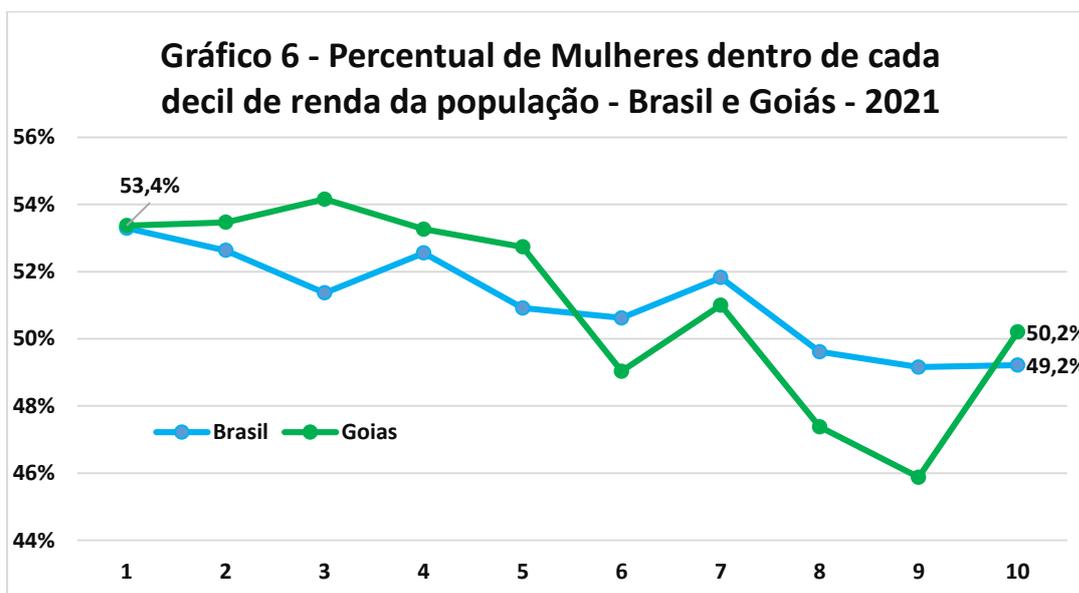
## **RAÇA, GÊNERO E OUTROS QUESITOS DE DESIGUALDADE**

O presente estudo foca a desigualdade na sociedade no quesito renda. Entretanto, como dito anteriormente, a desigualdade ocorre também por outras características dos indivíduos e de suas moradias. Possuir ou não alguns atributos individuais dificultam o acesso das pessoas a certas condições que possibilitam uma melhoria da qualidade de vida das pessoas. Dessa forma, é interessante notar como se comporta a renda das pessoas de acordo com algumas dessas características individuais. Recente estudo publicado pelo IBGE, por exemplo, mostra as desigualdades enfrentadas por negros e brancos nos quesitos de renda e no mercado de trabalho. Uma das descobertas desse estudo é a de que a taxa de pobreza entre pretos e pardos (o que comumente chamamos de negros) é de cerca de duas vezes maior que a taxa de pobreza entre os brancos no Brasil. (IBGE, 2022).

O gráfico 6 mostra o percentual de mulheres presente em cada decil de renda em Goiás e no Brasil. Ao analisar o gráfico é perceptível que em ambas localidades o percentual de mulheres é maior nos 5 decis de menor renda. Isso mostra a maior

dificuldade das mulheres nas sociedades goiana e brasileira de conseguirem desenvolver suas carreiras profissionais e aumentar suas rendas.

A partir do sexto decil de renda há certa oscilação na participação das mulheres nos decis de renda. Após serem minoria no sexto decil de maior renda, as mulheres voltam a representar mais de 50% no sétimo decil. Porém há uma grande queda no oitavo e nonos decis. Chama ainda a atenção que as mulheres são um pouco mais da metade dos 10% de maior renda, invertendo a tendência de diminuição de participação das mulheres à medida que a renda cresce.



Fonte: PNADC/IBGE.

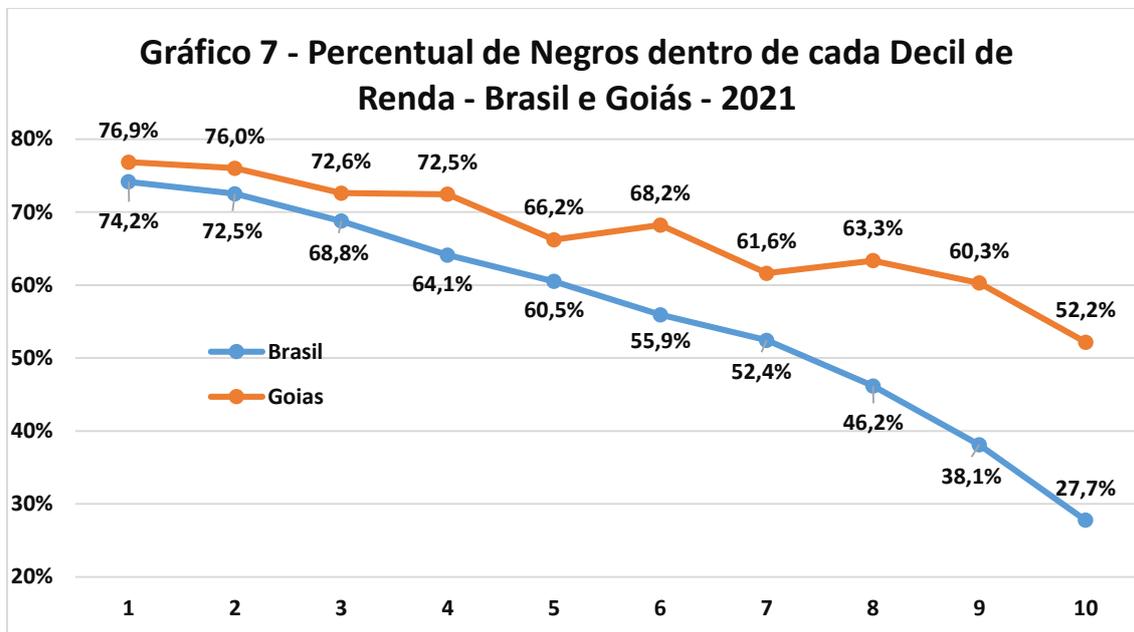
Elaboração: IMB/SGG

O mesmo exercício feito no gráfico anterior foi feito no gráfico 7, porém, calculando o percentual de negros<sup>7</sup> dentro de cada decil de renda. Ao contrário das mulheres, que, embora sejam maioria nos 50% da população com menor renda, são a metade da população entre os 10% com maior renda, com a população negra há uma constância na diminuição da participação negra à medida que a renda aumenta.

Entre os 10% da população com menor renda 76,9% são de negros em Goiás e 74,2% são negros no Brasil. Por outro lado, quando analisamos os 10% mais ricos 52,2% são de negros em Goiás (vale ressaltar que os negros são cerca de 60% da

<sup>7</sup> A classificação de raça/cor nas pesquisas oficiais segue o padrão do IBGE. O IBGE pede para as pessoas autodeclararem sua raça de acordo com 5 opções pré-definidas, a saber: branca, parda, preta, amarela e indígena. O que chamamos de “negros” é a soma dos que se autodeclararam como pretos e pardos.

população goiana) e apenas 27,7% são de negros no Brasil. Isso demonstra que a questão da raça ainda representa uma desigualdade de renda muito grande, especialmente a nível nacional.



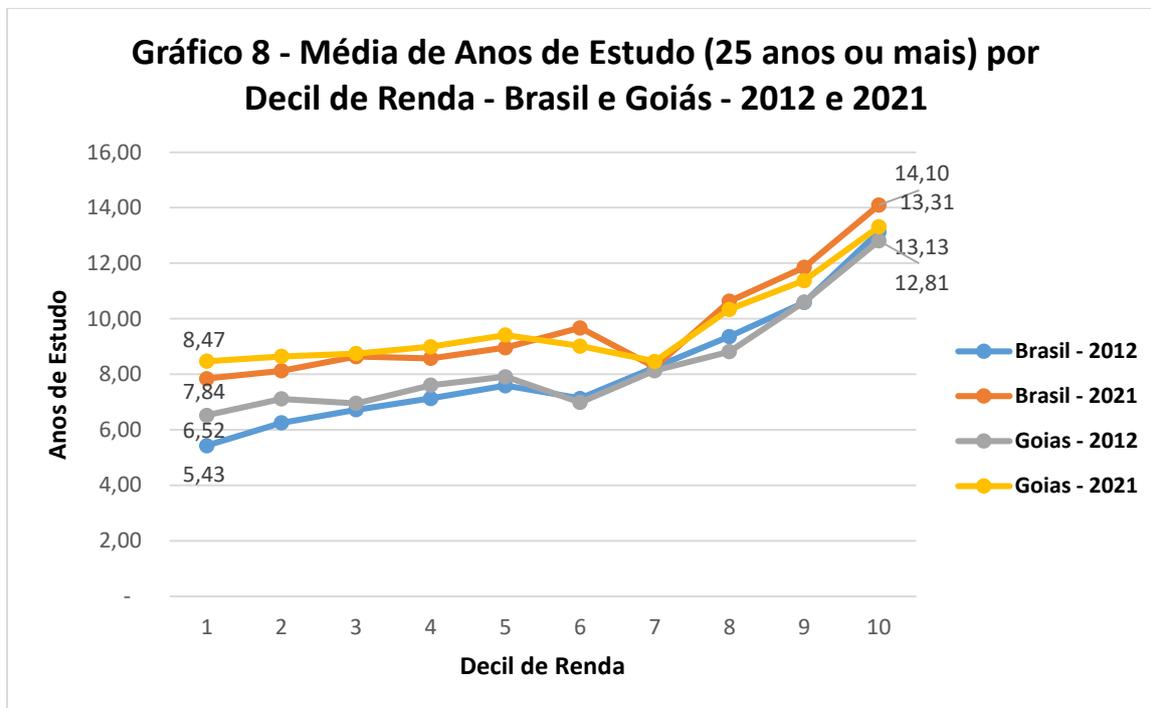
Fonte: PNADC/IBGE.

Elaboração: IMB/SGG

Um recurso que é desigualmente distribuído na sociedade é a escolaridade. Além disso, como vimos, a posse de diplomas, certificados, entre outros bens são essenciais nas sociedades modernas para acessar recursos socialmente restritos que possibilitam a melhoria da qualidade de vida. Neste sentido, o gráfico 8 faz a relação entre os anos de escolaridade das pessoas e o decil de renda em Goiás e no Brasil nos anos de 2012 e 2021. A educação é um requisito importantíssimo para a queda das desigualdades de renda. Estudo de Menezes Filho e Oliveira (2014) mostra que a melhoria da educação contribuiu para a queda de 40% do índice de Gini no mercado de trabalho e de 25% na renda domiciliar per capita no Brasil entre 2001 e 2009.

Ao analisar o gráfico, nota-se que quanto mais anos de estudo maior é a renda. Nos 30% de maior renda há um aumento ainda maior nos anos de estudo das pessoas. Em 2012, os 10% com menor renda no Brasil tinham, em média, apenas 6 anos de estudos enquanto que os 10% mais ricos tinham 14 anos de estudo. Para Goiás, em 2012, os 10% mais pobres tinham 6,86 anos de estudos, em média e os

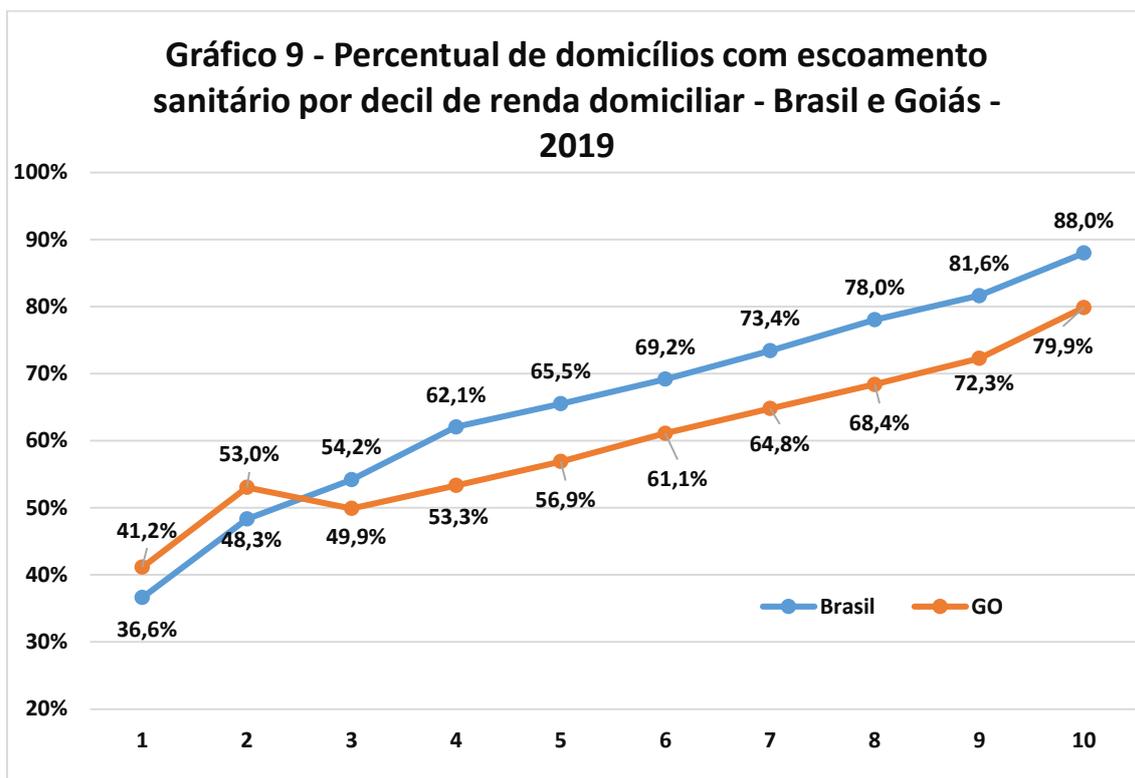
10% mais ricos tinham 12,87 anos de estudo. Já em 2021, em Goiás, a média de anos de estudo era de 8,93 e 13,27, respectivamente.



Fonte: PNADC/IBGE.  
Elaboração: IMB/SGG

Outra medida possível de extrair dos dados da PNAD-C é o escoamento sanitário dos domicílios. Essa é uma medida importante para o bem-estar das pessoas uma vez que sua presença nos domicílios significam uma melhora expressiva na qualidade de vida e na manutenção da saúde, o que por sua vez possibilita o pleno desenvolvimento das capacidades individuais.

No gráfico 9, nota-se que o escoamento sanitário ainda é ausente em um número expressivo de domicílios brasileiros e, especialmente, goianos. Como era de se esperar, o percentual de domicílios com escoamento sanitário aumenta expressivamente na medida em que a renda também aumenta. Dessa forma, vemos que dentre os 10% de domicílios mais pobres, apenas 41,2% tinham escoamento sanitário no Brasil e 36,6% em Goiás. Por outro lado, dentre os mais ricos, 88,0% e 79,9% tinham escoamento no Brasil e em Goiás, respectivamente. Neste quesito nota-se que o saneamento básico ainda é um grande desafio para o país e, principalmente, para Goiás.



Fonte: PNADC/IBGE.

Elaboração: IMB/SGG

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão da desigualdade social está cada vez mais em voga no mundo atual, de modo que constitui um dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável 2030, estabelecidos pela ONU e aprovados por centenas de países, inclusive o Brasil. No mesmo sentido é uma preocupação do Estado de Goiás combater a desigualdade interna para contribuir com o objetivo de diminuição da desigualdade, melhorar a qualidade de vida dos goianos e seguir o caminho do desenvolvimento sustentável.

Para conseguir diminuir as desigualdades é preciso entender o que elas são, como elas se expressam no tecido social e, finalmente, qual o atual estágio de desigualdade na sociedade goiana. Para tanto o presente informe procurou discorrer um pouco sobre as origens dos conceitos de desigualdade social e, principalmente, mensurar a evolução de algumas desigualdades da sociedade goiana nos últimos dez anos, especialmente aquelas vinculadas à renda. Para tanto, foram utilizados dados extraídos da PNAD-C do IBGE em que foram calculadas a renda dos goianos, a concentração de renda na população geral, como está a renda de alguns grupos

sociais específicos como negros e mulheres, além de alguns outros atributos como escolaridade e o escoamento sanitário dos domicílios goianos.

Dessa forma, verificou-se que ainda há um longo caminho a ser percorrido no combate às desigualdades em Goiás, muito embora seja importante ressaltar a boa colocação em termos de desigualdade de renda com relação ao país como um todo. O estado se mostra desigual em diversos quesitos como a renda regional, a concentração da população negra e feminina nos extratos mais pobres da população. Chamou também a atenção a grande desigualdade nos extremos de renda da população. Isso demonstra que grupos sociais que são vistos e se veem como homogêneos (os 10% mais pobres e os 10% mais ricos) são extremamente desiguais e, por isso, merecem um olhar distinto dentro deles próprios para o eficaz combate à desigualdade.

Quanto à concentração de renda em Goiás, nota-se que ela vinha caindo entre 2012 e 2015, ano em que retoma uma trajetória de alta. Apesar de voltar a diminuir a concentração em 2018, o ano de 2021 volta a ter uma forte concentração de renda. Dessa forma, é mister que o governo e a sociedade goiana se esforcem para retomar o quanto antes o caminho de combate à desigualdade.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOURDIEU, P. (1986). The forms of capital. In: Richardson, J., Handbook of Theory and Research for the Sociology of Education. Westport, CT: Greenwood: 241–58.

BOURDIEU, Pierre. A Economia das Trocas Simbólicas. 8ª Edição. Editora Perspectiva. São Paulo, 2015.

CAPRARA, Bernardo. Thomas Piketty e "O Capital no Século XXI": da economia política à Sociologia contemporânea. Sociologias [online]. 2017, v. 19, n. 44 [Acessado 18 Novembro 2022] , pp. 424-439. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/15174522-019004431>>. ISSN 1807-0337. <https://doi.org/10.1590/15174522-019004431>.

CRENSHAW, K. (1991). Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence against Women of Color. *Stanford Law Review*, 43(6), 1241–1299. <https://doi.org/10.2307/1229039>

INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE. Agência de Notícias, 2022. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/34052-em-2021-rendimento-domiciliar-per-capita-cai-ao-menor-nivel-desde-2012#:~:text=Entre%20os%20%25%20de%20menor,50%25%20com%20as%20menores%20remunera%C3%A7%C3%B5es.>

INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil. 2022. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/35467-pessoas-pretas-e-pardas-continuam-com-menor-acesso-a-emprego-educacao-seguranca-e-saneamento>

FAHEL, Murilo, Teles, Letícia Ribeiro e Caminhas, Davy Alves PARA ALÉM DA RENDA. Uma análise da pobreza multidimensional no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* [online]. 2016, v. 31, n. 92 [Acessado 9 Novembro 2022] , e319205. Disponível em: <<https://doi.org/10.17666/319205/2016>>. Epub 31 Out 2016. ISSN 1806-9053. <https://doi.org/10.17666/319205/2016>.

MENEZES Filho, Naercio A. & OLIVEIRA, Alison Pablo. A Contribuição da Educação para a Queda na Desigualdade de Renda per Capita no Brasil. Policy paper n.º 9. Insper. São Paulo. 2014.

MIAGUSKO, E. (1999). As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário, de Robert Castels. *Plural*, 6, 169-172. <https://doi.org/10.11606/issn.2176-8099.pcs0.1999.77129>

[MARX, Karl. O Capital: crítica da economia política: livro1. Civilização Brasileira. 23ª edição. Rio de Janeiro. 2006.](#)

OXFAM. A Distância que Nos Une, 2017. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/um-retrato-das-desigualdades-brasileiras/a-distancia-que-nos-une/>.

OXFAM. Democracia Inacabada, 2021. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/um-retrato-das-desigualdades-brasileiras/democracia-inacabada/>

OXFAM. Nós e as Desigualdades, 2022. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/um-retrato-das-desigualdades-brasileiras/pesquisa-nos-e-as-desigualdades/>

PROGRAMA das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Relatório do Desenvolvimento Humano 2021/2022. Disponível em: <https://www.undp.org/pt/angola/publications/relatorio-do-desenvolvimento-humano-2021/2022>

SEN, Amartya. O desenvolvimento como expansão de capacidades. Lua Nova: Revista de Cultura e Política [online]. 1993, n. 28-29 [Acessado 27 Outubro 2022] , pp. 313-334. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-64451993000100016>>. Epub 21 Jan 2011. ISSN 1807-0175. <https://doi.org/10.1590/S0102-64451993000100016>.

SILVA, Manuel Carlos. Desigualdade e Exclusão Social: de breve revisitação a uma síntese proteórica. *Configurações* [Online], 5/6 | 2009, posto online no dia 15 fevereiro 2012, consultado em 27 outubro 2022. URL: <http://journals.openedition.org/configuracoes/132>; DOI: <https://doi.org/10.4000/configuracoes.132>

[SOUZA, Jessé. A Elite do Atraso. Leya. 1ª Edição. Rio de Janeiro. 2017.](#)

WEBER, Max. Ensaio de Sociologia. LTC – Livros Técnicos e Científicos Editora S.A. 5ª edição. Rio de Janeiro. 1982.

